

Com vistas, justamente, a municiar estudantes e pesquisadores com o conhecimento adequado dos principais instrumentos jurídicos existentes no âmbito do Mercosul, o Ministério da Justiça (por meio de sua assessoria internacional, sob a responsabilidade do diplomata Roberto Furian Ardenghy), o Mestrado em Integração Latino-Americana da Universidade Federal de Santa Maria (coordenado pelo competente Professor Ricardo Seitenfus) e a Livraria do Advogado do Porto Alegre vêm oferecer a coletânea dos textos dos acordos e protocolos firmados na área jurídica pelos Estados Partes do Tratado de Assunção: os nove instrumentos publicados na íntegra vêm acompanhados de seu respectivo índice alfabético-remissivo, o que facilita a consulta aos diversos elementos constitutivos dos atos de cooperação jurídica estabelecidos no âmbito da reunião de ministros da justiça do Mercosul. Esse foro se ocupa de importantes questões jurídicas e administrativas, cobrindo desde o estudo da consolidação de um direito comunitário até problemas eminentemente práticos como o tráfico de menores e a lavagem de dinheiro.

Os sete livros aqui examinados contribuem, de diversos modos, para o aprofundamento de um debate que se tornou inadiável no Mercosul: o do reforço de sua institucionalidade com vistas a enfrentar os desafios que são colocados de contínuo aos Estados membros, sobretudo no âmbito hemisférico (ALCA) e na esfera multilateral (OMC). Eles oferecem algumas armas teóricas, vários argumentos jurídicos de excelente qualidade técnica e uma boa visão comparativa sobre como o Mercosul pode continuar sua marcha segura em direção do almejado mercado comum, talvez não sem os atropelos políticos, sociais ou econômicos da globalização, mas pelo menos segundo um processo ditado exclusivamente pela conveniência dos interesses de seus povos respectivos.

*Paulo Roberto de Almeida*

SARAIWA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: EdUnB, 1997, 280 páginas.

A coleção *Relações Internacionais* (da Editora da Universidade de Brasília), coordenada pelo professor Amado Luiz Cervo, acaba de lançar uma importante obra sobre a política africana do Brasil e as relações Brasil-África, de

autoria do africanista e especialista em relações internacionais José Flávio Sombra Saraiva. Este livro vem, em primeiro lugar, cobrir uma grave lacuna existente sobre o tema em nossos manuais universitários, atualizando, aprofundando e inovando o trabalho iniciado pelo professor José Honório Rodrigues com *Brasil e África, outro horizonte* (2 volumes) e pelo diplomata Adolpho Justo Bezerra de Menezes com *Ásia, África e a Política Independente do Brasil* e *O Brasil e o mundo ázio-africano*, todos eles trabalhos publicados no início dos anos 60.

Evidentemente os cursos de Pós-Graduação de Relações Internacionais, História e Ciência Política têm propiciado a elaboração de vários estudos específicos sobre este tema, mas não um abrangente, de síntese. Neste caso, merece referência o excelente trabalho geral do diplomata Fernando Marroni de Abreu, *L'évolution de la politique africaine du Brésil*, tese defendida na Sorbonne em 1988, mas não publicada. Assim, o livro recém lançado pelo Dr. Flávio Saraiva constitui o primeiro manual universitário sobre o conjunto das relações contemporâneas do Brasil com a África. Não se trata, contudo, de um simples manual, pois, se está apresentado com este perfil, nem por isso deixa de constituir uma obra de análise aprofundada, baseada também numa ampla documentação, bibliografia e entrevistas realizadas tanto no Brasil como na África.

Em primeiro lugar Flávio Saraiva nos mostra que o Atlântico não constitui apenas nossa rota para a Europa e para a América do Norte, pois suas margens converteram-se gradativamente numa região geopolítica particular e este Oceano também passou a aproximar-nos da África. O *status* colonial dessa região, bem como as relações estreitas (na dupla acepção desta palavra) com Portugal salazarista, fez com que esta fosse uma dimensão ausente em nossa política exterior, até que a descolonização africana e a Política Externa Independente do Brasil, fenômenos temporalmente paralelos, vieram alterar a situação. A ênfase adotada neste “nascimento da política africana do Brasil”, entretanto, foi ofuscada pela dimensão geopolítica adotada pelo primeiro governo militar com relação à África e ao Atlântico.

As necessidades econômicas e diplomáticas fomentadas pelo desenvolvimento industrial brasileiro, contudo, acabaram afirmando-se como *forças profundas*, como diriam Renouvin e Duroselle, e desde 1967 a África voltou à agenda da política externa como dimensão econômico-diplomática. Saraiva enfatiza a dificuldade de periodizar, mas encaminha uma proposta bastante satisfatória, identificando o período 1967-79 como “os anos dourados da política africana”, 1979-90 como a fase da “Pax Atlântica” e, a partir de 1990, como “opção seletiva”. Como contribuição a seu esforço pioneiro, também

poderia ser destacado que durante os governos Costa e Silva e Médici a política africana do Brasil passou a novamente enfatizar o acercamento diplomático (obtido apoio para suas teses de “democratização” das relações econômicas internacionais) e os interesses comerciais, mas primordialmente em relação aos Estados neocoloniais do Golfo da Guiné e à cooperação crítica com a África do Sul. Ou seja, a diplomacia brasileira simplesmente ocupou espaços já existentes, numa postura política bastante moderada.

Talvez o governo Geisel tenha representado, neste sentido, um certo corte, na medida em que adotou uma política de vanguarda em relação às transformações radicais por que passou a África Austral a partir de 1974-75. Com a atitude de reconhecer um governo marxista em Angola, o Brasil passava a atuar de forma prospectiva e a abrir espaços para o futuro, antecipando-se a outras potências. Neste sentido, embora os resultados materiais desta política tenham sido decrescentes à medida em que se prolongava a guerra, há uma linha de continuidade de 1974 até 1990. O declínio desta política está ligado às transformações internacionais dos anos 80, que limitaram a inserção do Brasil e tiveram, paralelamente, um efeito desastroso sobre a África.

A primeira metade dos anos 90 foi de perplexidade para a diplomacia brasileira e de um refluxo em sua política africana. Contudo, a medida em que o Mercosul se consolidava e a África do Sul encerrava a era do *apartheid*, abriram-se novas possibilidades. As “opções seletivas” que Saraiva enfoca no último capítulo sinalizam não para a mera escolha de parceiros individualmente importantes, mas para países que exercem certa liderança regional, por meio da qual seria possível atingir grande número de países, sem a necessidade de estar presente em todos eles nestes tempos de “Estado mínimo”. Neste sentido, o atual acercamento com a África do Sul de Nelson Mandela e a iniciativa da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZoPaCAS) afiguram-se como elementos estratégicos para retomar-se as antigas relações com a África Austral e com os países do Golfo da Guiné. Além disso, tal política é oportuna, pois parece que a África começa a superar a síndrome do “fim da História”, como os recentes acontecimentos do Congo-Zaire bem o demonstram.

Finalmente, entre outros méritos evidentes, o livro de Flávio Saraiva possui também uma perspectiva pela qual tenho me batido nos últimos anos: *a de pensarmos as relações internacionais a partir do Sul*. Longe de esperar pelas “novidades” francesas, inglesas e norte-americanas, já na introdução o autor lembra que os estudos sobre a inserção internacional da África geralmente estão associados ao universo das ex-metrópoles e das superpotências, e destaca que há, “do outro lado do Atlântico, uma forte tradição historiográfica que vem estudando as causas e os efeitos do colonialismo e suas consequências para as relações

internacionais contemporâneas dos países africanos”. Assim, além de um manual indispensável, *O lugar da África* constitui um estudo sólido a partir de uma perspectiva inovadora.

*Paulo G. Fagundes Vizentini*

ENGEL, Ulf. *The Foreign Policy of Zimbabwe*. Hamburg: Institute of African Affairs, 1994 (co-publicado por Southern Africa Political Economy Trust, Harare/Zimbábue), 478 p.

Com este estudo sobre a política exterior do Zimbábue, desde a independência em 1980 até o ano de 1993, Ulf Engel, cientista político alemão com especialização em África, criou uma obra extremamente relevante.

Como referenciais paradigmáticos e metodológicos, o autor recorre a uma mescla de fragmentos de abordagens diferentes. Na análise do quadro estrutural, ele tenta combinar elementos das teorias do sistema mundial, da *dependência* e da política econômica com conceitos chaves do neo-realismo. Na análise do processo da formulação e implementação da política exterior, ele toma empréstimos do behaviourismo e das teorias de burocracia, chegando a um modificado *black box model* (Easton). Mas, embora uma influência deste conjunto paradigmático seja perceptível, o estudo no seu corpo principal contém poucas reflexões teóricas ou paradigmáticas. Trata-se de um profundo estudo *empírico* da política exterior do Zimbábue.

Zimbábue entrou muito tardiamente na comunidade internacional como ator independente e soberano. Até 1965 era uma colônia inglesa sem política exterior independente. Entre 1965, quando a minoria dos colonos brancos unilateralmente declarou a independência (*UDI*), e 1980, quando a luta armada dos africanos conseguiu a independência legítima, o país ficou diplomaticamente isolado, sem relações diplomáticas normais com nenhum país do mundo, e sujeito às sanções da comunidade internacional.

Mesmo assim, para o novo governo africano, o ponto de partida na construção da sua inserção internacional foi o que o autor chama de *herança* na política exterior. A absoluta dependência econômica e infra-estrutural na África do Sul era a herança central dos 90 anos de colonialismo. As relações com o país do *apartheid* surgiram como o assunto predominante na política exterior do